



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000309051

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1008183-31.2024.8.26.0024, da Comarca de Andradina, em que é apelante IVONE DA SILVA FERREIRA LACERDA, é apelado UNIBAP - UNIÃO BRASILEIRA DE APOSENTADOS DA PREVIDENCIA (ANTIGA UNIBRASIL).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 1) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso, com determinação. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente sem voto), MARCOS DE LIMA PORTA E RUI PORTO DIAS.

São Paulo, 31 de março de 2025.

INAH DE LEMOS E SILVA MACHADO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO nº 1008183-31.2024.8.26.0024

Relatora: Inah de Lemos e Silva Machado

Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 – Turma V

Apelante: Ivone da Silva Ferreira Lacerda

Apelada: Unibap - União Brasileira de Aposentados da Previdência

1ª Vara da Comarca de Andradina

Juiz prolator: Paulo Victor Alvares Gonçalves

Voto nº 2260

APELAÇÃO CÍVEL. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO VINCULADO À ASSOCIAÇÃO UNIBAP.

Ação declaratória de inexistência de relação jurídica cumulada com pedidos de repetição de indébito e de indenização por dano moral. Sentença de extinção sem resolução do mérito por ausência de interesse de agir. Insurgência da autora.

No caso concreto, respeitado o zelo do magistrado sentenciante, não observados elementos de litigância abusiva. Desnecessidade de esgotamento da via administrativa para demonstração do interesse de agir. Demais determinações de emenda regularmente atendidas. Apelo acolhido com determinação de prosseguimento do feito.

RECURSO DA AUTORA PROVIDO.

Vistos.

Cuida-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídica cumulada com pedidos de repetição de indébito e de indenização por dano moral, julgada extinta pela r. sentença de fls. 53/55, cujo relatório se adota, proferida nos seguintes termos: “Ante o exposto, INDEFIRO a inicial e JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, nos termos dos artigos 330, III e IV, e 485, I e IV, ambos do CPC. Custas pela parte autora, suspensas na forma do art. 98, §3º, do CPC, em razão da gratuidade da justiça que ora defiro.”.

Inconformada, a autora recorreu (fls. 58/63) arguindo

ser desnecessário o esgotamento da via administrativa e houve violação ao princípio da primazia da decisão de mérito. Requereu o provimento do recurso com a anulação da sentença para regular prosseguimento do feito.

Citada nos termos do artigo 331, §1º, do Código de Processo Civil, a ré apresentou manifestação (fls. 71/85), inicialmente requereu a concessão do benefício da justiça gratuita. Sustentou ter a autora se associado voluntariamente, o que afastaria a alegação de desconhecimento. Noticiou ter cancelado o vínculo associativo e suspenso os descontos quando ciente da demanda. No mais, defendeu ser indevida a restituição dos valores, em razão da regularidade dos descontos enquanto existia o vínculo entre as partes. Impugnou o pedido de indenização por dano moral.

Recurso tempestivo, regularmente processado e sem preparo em razão da gratuidade concedida à autora.

É o relatório.

Inicialmente, indefiro o pedido da ré de concessão do benefício da justiça gratuita. O enquadramento como associação sem fins lucrativos não é razão suficiente, por si só, para a concessão da benesse.

Cuida-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídica cumulada com pedidos de repetição de indébito e de indenização por dano moral; buscando a autora a anulação da sentença que extinguiu o feito sem resolução do mérito.

Por decisão de fls. 41/43 foi determinada a emenda da inicial, sendo arroladas quatro providências a serem adotadas pela autora. À exceção da providência contida no item 4, as demais foram atendidas.

Respeitado o zelo, bem como o entendimento adotado pelo magistrado sentenciante, o recurso da autora comporta provimento.

Isso porque o esgotamento da via administrativa é

desnecessário. Ademais, houve renovação da procuração e em consulta ao sítio deste Tribunal de Justiça, observa-se ser esta ação a única em nome da autora até a presente data. Logo, *a priori*, não haveria elementos de litigância habitual ou abusiva.

Outrossim, a autora negou o vínculo com a ré, afirmando “NÃO celebrou qualquer tipo de contrato junto à Requerida, nem tampouco autorizou o desconto em seu benefício” (fls. 5). Sendo assim, apesar de recomendável a prévia tentativa de composição extrajudicial; a ausência de demonstração de prévio contato administrativo, no caso em apreço, não seria óbice ao prosseguimento do feito. Presente o binômio necessidade-adequação.

No mais, embora possível o imediato julgamento a teor do artigo 1.013, do Código de Processo Civil, que preceitua: “§ 3º Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando: I - reformar sentença fundada no art. 485;”. Considerando negar a autora o vínculo com a ré, observado o contraditório e ampla defesa; deve a sentença ser afastada para regular prosseguimento do feito, a fim de se oportunizar à autora a possibilidade de se manifestar sobre o documento apresentado pela ré (fls. 125/126).

Pelo exposto, **DOU provimento ao recurso da autora**, nos termos da fundamentação supra e afastando a sentença proferida, determinando o prosseguimento do feito.

Para fins de prequestionamento, consideram-se incluídas no acórdão todas as matérias suscitadas pelas partes, objeto do presente recurso.

Inah de Lemos e Silva Machado

Relatora